
**REVISTA DA PLATAFORMA
PORTUGUESA DAS ONGD**

Edição nº 23 . dezembro 2021

IGUALDADE DE GÉNERO E DESENVOLVIMENTO

ONGD
PLATAFORMA . PORTUGUESA

FICHA TÉCNICA

TÍTULO

Igualdade de Género e Desenvolvimento

EDIÇÃO E PROPRIEDADE

Plataforma Portuguesa das ONGD

CONSELHO EDITORIAL

Ana Patrícia Fonseca, Berta Silva, Carlota Bicho,
Cármen Maciel, Joana Clemente, Luciana Almeida,
Marta Figueiredo, Paula Aço, Rita Leote, Tomás Nogueira

COLABORADORES NESTA EDIÇÃO

Alexandra Silva, Alice Frade, Grupo de Trabalho de
Feminismos de La Coordinadora, Julieta González,
Laila Dava, Nelvina Barreto

DESIGN GRÁFICO

Ana Grave

PAGINAÇÃO

Mariana Areosa

ISSN

2182-8199

DATA

dezembro 2021

CONTACTOS

Plataforma Portuguesa das ONGD
Rua Aprígio Mafra, nº17, 3º Dto
1700-051 Lisboa, Portugal
Tlf +351 218872239
info@plataformaongd.pt
www.plataformaongd.pt
www.facebook.com/PlataformaONGD

A Plataforma Portuguesa das Organizações Não-Governamentais para o Desenvolvimento é uma associação privada sem fins lucrativos que representa um grupo de ONGD registadas no Ministério dos Negócios Estrangeiros. A Plataforma das ONGD tem por missão contribuir para melhorar e potenciar o trabalho das suas Associadas, a nível institucional, político, legislativo, financeiro e social, promovendo uma cultura de partilha, de parceria, de responsabilidade e de excelência na organização e nas práticas das ONGD Portuguesas que trabalham para um mundo mais justo e equitativo nas áreas da Cooperação para o Desenvolvimento, da Ação Humanitária e de Emergência e da Educação para o Desenvolvimento e a Cidadania Global.

ÍNDICE

04

EDITORIAL

CONSELHO EDITORIAL

06

ALCANÇAR A IGUALDADE
DE GÉNERO NO MUNDO:
O PAPEL DAS POLÍTICAS
DE COOPERAÇÃO

JULIETA GONZÁLEZ

12

A IMPORTÂNCIA DA
INTEGRAÇÃO DA
PERSPETIVA DE GÉNERO
NAS ORGANIZAÇÕES

GRUPO DE TRABALHO
DE FEMINISMOS DE LA
COORDINADORA

16

A SUSTENTABILIDADE DO
PLANETA E DOS SERES
HUMANOS: POR UMA
ECONOMIA FEMINISTA

ALEXANDRA SILVA

20

O DESAFIO DE PROMOVER
UMA AGENDA FEMININA
NA GUINÉ-BISSAU

NELVINA BARRETO

26

DE QUE FALAMOS QUANDO
FALAMOS DE PRÁTICAS
(TRADICIONAIS) NEFASTAS

ALICE FRADE

30

À CONVERSA COM
LAILA DAVA

ENTREVISTA REALIZADA
POR RITA LEOTE

34

RECURSOS

EDITORIAL

CONSELHO EDITORIAL

A promoção da igualdade de género e o empoderamento das mulheres e das raparigas são dimensões incontornáveis de um desenvolvimento verdadeiramente justo e sustentável. A Agenda 2030 deixa esta ideia clara quando afirma que concretizar a igualdade de género é um contributo decisivo para o progresso em todos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e respetivas metas. Os desafios neste campo são múltiplos e vão desde a distribuição dos recursos e da luta contra a violência, até ao acesso à educação e à saúde, ou à participação política e cívica.

O número 23 da Revista da Plataforma Portuguesa das ONGD aborda o tema “Igualdade de Género e Desenvolvimento”, por se considerar importante dar a conhecer diferentes formas de pensar e trabalhar as várias dimensões deste tópico tão crucial.

Abrimos esta edição com o artigo “Alcançar a igualdade de género no mundo: o papel das políticas de cooperação” de Julieta González, da CARE International, no qual a autora reflete sobre a importância de uma inclusão mais sistemática da igualdade de género na cooperação internacional, e os desafios que esta questão acarreta, nomeadamente ao nível da transformação das normas sociais, estruturas de poder, e legislação discriminatória, ao nível do financiamento e ao nível da integração da perspetiva de género em setores da cooperação como o comércio, a agricultura ou o clima.

O artigo do Grupo de Trabalho de Feminismos de La Coordinadora dá-nos a conhecer o trabalho de integração da perspetiva de género na própria organização e suas organizações associadas. Ao longo dos últimos anos a Coordinadora trabalhou nesta área de forma diferenciada, com a elaboração e aprovação de uma política de género, percurso que tornou a Coordinadora um ator fundamental

na promoção de uma abordagem de género. O Grupo de Trabalho de Feminismos de La Coordinadora aborda ainda o seu trabalho ao nível de *advocacy*, defendendo um “modelo de cooperação baseado em abordagens que vão beber nos chamados “saberes do Sul global” que, a partir de milhares de cantos do planeta, constroem alternativas”.

Alexandra Silva, da Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres traz-nos uma reflexão sobre o modelo de organização económica e o papel que o trabalho do cuidado, essencialmente desempenhado por mulheres, tem na nossa sociedade. A autora propõe uma transformação na “relação que temos com o trabalho centrado na produção e no consumo desenfreado de recursos”, através de uma abordagem feminista da economia assente em três pilares: um novo quadro de política macroeconómica que abrange justiça económica, social e ambiental; infraestruturas de cuidados sociais universais; e um “mercado de trabalho inclusivo onde a igualdade, a proteção social e o cuidado são os elementos principais”.

“O desafio de promover uma agenda feminina na Guiné-Bissau” é o título do artigo de Nelvina Barreto, Coordenadora- Adjunta da MIGUILAN, ONG Guineense, que nos dá a conhecer o trabalho da organização em torno de uma agenda que protege “a integridade física e moral da mulher” e a sua participação política, com “ações de sensibilização, de formação e de informação à sociedade guineense e aos poderes públicos”. A autora reflete sobre as disparidades entre os sexos na Guiné-Bissau que, apesar dos avanços nalgumas dimensões (por exemplo ao nível legislativo e ao nível da educação), continuam a ser marcantes, e defende que a batalha pela igualdade é “uma questão societal e civilizacional” que “não pode ser ganha sem a participação de ambos os sexos e o envolvimento de toda a sociedade”.

O artigo de Alice Frade, Diretora Executiva da P&D Factor, aborda o tema das práticas nefastas (tais como casamentos ou uniões infantis, mutilação genital feminina, crimes de honra, entre outras) que ganhou protagonismo na história recente “graças sobretudo, ao trabalho de *advocacy* de inúmeros coletivos de mulheres, de direitos humanos e de desenvolvimento”. A autora deixa o alerta de que “a crise financeira e a pandemia fizeram recuar muitas das intervenções que estavam no terreno”, e que é tempo de acelerar esforços no sentido de realizar as promessas feitas em várias conferências e documentos de políticas públicas, incluindo a Agenda 2030, que se compromete a eliminar todas as práticas nefastas até 2030.

Para a secção de entrevista desta edição, conversámos com Laila Dava, da Girl Move, sobre o trabalho da organização em Moçambique, a situação e os grandes desafios que se colocam relativamente à igualdade de género no país e as políticas públicas que têm representando um maior avanço, bem como o papel da capacitação e promoção do empoderamento de mulheres e raparigas para o desenvolvimento sustentável.

Esperamos que esta edição da Revista da Plataforma Portuguesa das ONGD traga aos nossos/as leitores/as reflexões sobre algumas das dimensões da relação entre a Igualdade de Género e o Desenvolvimento, e que contribua para um debate inclusivo e alargado sobre este importante tema.

Conselho Editorial

ALCANÇAR A IGUALDADE DE GÉNERO NO MUNDO: O PAPEL DAS POLÍTICAS DE COOPERAÇÃO

JULIETA GONZÁLEZ

Consultora Sénior de Advocacy para a UE na CARE International¹

As evidências demonstram que uma maior igualdade de género e a concretização dos direitos fundamentais das mulheres e das raparigas, bem como a sua participação ativa na formação das sociedades em que vivem, se traduz em contribuições positivas para a prosperidade das suas comunidades e sociedades.

No entanto, mulheres e raparigas continuam a ver os seus direitos violados diariamente e continuam a ser afetadas por decisões que têm um impacto direto nas suas vidas sem serem incluídas na tomada de decisões. Além disso, quando ocorrem crises ou os efeitos das alterações climáticas são sentidos, as mulheres e raparigas são as mais duramente atingidas e enfrentam riscos acrescidos de várias formas de violência baseada no género (VBG), incluindo violência doméstica, práticas nefastas como o casamento precoce e forçado, bem como violência sexual, exploração e abuso.

Assistimos precisamente a isto no contexto da pandemia COVID-19, em que muitos países registaram um aumento acentuado da violência doméstica contra mulheres e raparigas². Além disso, quando a comida é escassa, as mulheres e as raparigas comem por último, e menos ainda. É mais provável que falem à escola ou abandonem a escolaridade e são muitas vezes as primeiras a perder os seus empregos e os seus meios de subsistência. Assumem ainda mais responsabilidades como prestadoras de cuidados à sua própria família e a outros.

Ao mesmo tempo, continuamos a ver mulheres e raparigas a mobilizarem-se e a lutar diariamente para fazer avançar os seus direitos em todo o mundo e a promover mudanças para transformar as normas sociais subjacentes e as relações de poder que perpetuam as desigualdades de género, bem como a abrir mais espaços para elas e para outras mulheres fazerem ouvir a sua voz, tanto na esfera privada como pública.



As Nações Unidas reconheceram o papel central assumido pelo avanço da igualdade de género e o empoderamento das mulheres e raparigas em assegurar e fazer progressos efetivos em todos os outros Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), até 2030. A igualdade de género é reconhecida como um direito humano e um fim em si mesmo, bem como um meio para alcançar todos os outros ODS. É por isso que o ODS 5 (sobre igualdade de género) é um objetivo em si mesmo e várias das suas dimensões foram também integradas nos outros 17 ODS. Uma vez que os atores internacionais, nacionais e locais se comprometeram a alcançar estes objetivos, a cooperação internacional e a cooperação para o desenvolvimento têm um papel crucial a desempenhar na realização da igualdade de género.

— A IGUALDADE DE GÉNERO É RECONHECIDA COMO UM DIREITO HUMANO E UM FIM EM SI MESMO, BEM COMO UM MEIO PARA ALCANÇAR TODOS OS OUTROS ODS

¹ Este artigo foi redigido pela autora, evidenciando análises e abordagens da CARE International. Para mais informações, consultar: <https://www.care-international.org/>

² Ver o briefing da CARE sobre os impactos da COVID-19 nas mulheres e raparigas, disponível aqui: https://www.care-international.org/files/files/Gendered_Implications_of_COVID-19-Full_Paper.pdf

INTEGRAR O GÉNERO NAS POLÍTICAS E PROGRAMAS E AFETAR RECURSOS QUE CORRESPONDAM ÀS AMBIÇÕES DEFINIDAS A NÍVEL GLOBAL, É, PORTANTO, CENTRAL

Integrar o género nas políticas e programas e afetar recursos que correspondam às ambições definidas a nível global, é, portanto, central para assegurar que o trabalho conjunto com os países parceiros e outros atores seja eficaz e contribua para fazer avançar os ODS. Isto significa integrar o género nas políticas e programas desde a sua definição inicial até à implementação, mas também na monitorização e avaliação, e abrange uma série de abordagens e atividades, apresentadas abaixo.

Em primeiro lugar, os atores internacionais e da cooperação para o desenvolvimento devem reconhecer que as mulheres e raparigas não são afetadas igualmente pelos mesmos fenómenos, uma vez que as desigualdades de género são agravadas por outros fatores tais como raça, idade, casta, etnia, capacidade, estatuto migratório, orientação sexual, classe social, etc. Compreender isto, e colocar o foco nas mulheres e raparigas mais marginalizadas que enfrentam **discriminações interseccionais**, é um passo importante para a criação de políticas eficazes. Uma forma de o conseguir é promover

a utilização sistemática de Análises de Género aprofundadas na formulação de políticas.

As políticas e programas devem aplicar uma **Abordagem Transformativa de Género**, o que significa adotar estratégias que procurem ir além do auto-aperfeiçoamento individual entre mulheres e raparigas e trabalhar no sentido de mudar as normas sociais subjacentes, as dinâmicas e estruturas de poder, bem como a legislação discriminatória que serve para reforçar as desigualdades de género. O empoderamento das mulheres e das raparigas e o envolvimento de homens e rapazes são críticos para provocar a transformação. Os atores internacionais e da cooperação para o desenvolvimento, em particular organizações multilaterais e doadores, concentram os seus esforços em leis, políticas, procedimentos e serviços através de trabalho diplomático e com apoio aos governos parceiros nacionais. Mas isto não é suficiente para incentivar a mudança a todos os níveis. O apoio ao trabalho da sociedade civil - em particular das OSC de mulheres - que trabalham a nível comunitário para abordar normas sociais



discriminatórias profundamente enraizadas, nas quais a política do topo para a base pode não ter qualquer efeito, torna-se essencial para garantir que os programas sejam transformadores em termos de género.

Outro elemento a considerar ao integrar o género nas políticas e programas é que **as mulheres, raparigas, homens e rapazes têm pontos de vista e perspetivas específicos, mas as mulheres são constantemente deixadas de fora da tomada de decisões a nível local, comunitário e internacional.** Isto compromete a eficácia das políticas e respostas. Além disso, as mulheres e raparigas ainda são frequentemente retratadas apenas como vítimas, o que as impede de influenciar e tomar as decisões que mais as afetam. Por conseguinte, a **voz, participação e liderança das mulheres e raparigas** devem ser integradas nos processos de tomada de decisão que definem políticas e programas de género na cooperação internacional e para o desenvolvimento. Os atores internacionais devem procurar proativamente os pontos de vista das organizações locais de direitos das mulheres e das




–
O APOIO AO TRABALHO DA SOCIEDADE CIVIL - EM PARTICULAR DAS OSC DE MULHERES - QUE TRABALHAM A NÍVEL COMUNITÁRIO PARA ABORDAR NORMAS SOCIAIS DISCRIMINATÓRIAS PROFUNDAMENTE ENRAIZADAS, NAS QUAIS A POLÍTICA DO TOPO PARA A BASE PODE NÃO TER QUALQUER EFEITO, TORNA-SE ESSENCIAL PARA GARANTIR QUE OS PROGRAMAS SEJAM TRANSFORMADORES EM TERMOS DE GÉNERO

— AS MULHERES SÃO CONSTANTEMENTE DEIXADAS DE FORA DA TOMADA DE DECISÕES A NÍVEL LOCAL, COMUNITÁRIO E INTERNACIONAL



organizações lideradas por mulheres e defender no seio do país a inclusão das organizações lideradas por mulheres e das organizações de direitos das mulheres nas estruturas de coordenação e de tomada de decisões a nível nacional e local.

Uma inclusão mais sistemática da igualdade de género e dos direitos das mulheres e das raparigas na cooperação internacional e para o desenvolvimento significa assegurar a presença do género no diálogo político com os países parceiros, incluindo os direitos humanos e o diálogo social. Mas significa também **integrar o género em outros setores de cooperação entre países**, onde a análise e as mensagens de género são menos comuns, tais como o diálogo sobre comércio, agricultura, energia, clima e digitalização.



— OS ATORES INTERNACIONAIS DEVEM ASSEGURAR ORÇAMENTOS APROPRIADOS PARA A INTEGRAÇÃO DA PERSPETIVA DE GÉNERO

Finalmente, **políticas e programas ambiciosos para progredir na igualdade de género exigem uma atribuição de recursos que corresponda a estas ambições.** Os atores internacionais devem assegurar orçamentos apropriados para a integração da perspetiva de género e para o trabalho específico de género. De acordo com o CAD/OCDE, os membros do CAD comprometeram-se com um total médio de 53 mil milhões de USD de Ajuda Pública ao Desenvolvimento por ano em 2018-19 para a igualdade de género. Isto representa 44,5% da APD bilateral alocável ³. Embora estes compromissos tenham aumentado ao longo do tempo, o apoio à igualdade de género como objetivo principal - ou os recursos dedicados à igualdade de género - permanecem baixos,

representando 5% do total da ajuda bilateral (5,6 mil milhões de USD). Isto significa que mais pode e deve ser feito para aumentar o financiamento para a integração da perspetiva de género em todos os setores, mas especialmente para ações que visem o género.

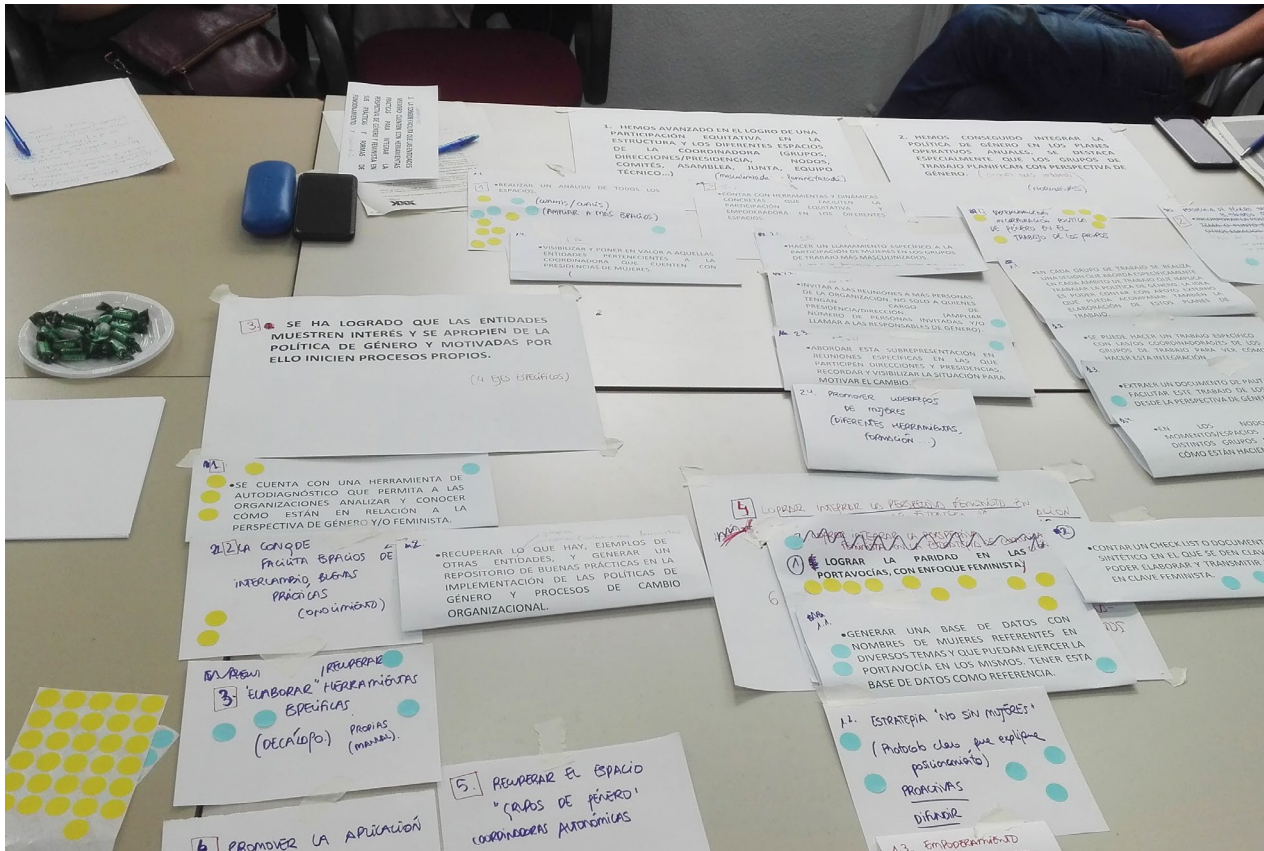
O financiamento das organizações e movimentos de defesa dos direitos das mulheres ascendeu a 690 milhões de USD de ajuda bilateral em 2018-2019, representando aproximadamente 1,3% da APD bilateral. Aumentar o montante e a qualidade do financiamento que vai para as organizações de direitos das mulheres e raparigas nos países parceiros tem o potencial de desenvolver a liderança que estas organizações têm e contribuir para promover o progresso no sentido de uma maior igualdade de género.

Em suma, ainda há espaço para melhorar a contribuição da cooperação internacional e da cooperação para o desenvolvimento, seja através das suas políticas ou dos seus programas para promover a igualdade de género no mundo. Os cálculos do Fórum Económico Mundial de 2021 indicam que serão necessários 135,6 anos para alcançar a igualdade de género no mundo ⁴. Portanto, tem de ser feito mais!

³ OECD-DAC Network on Gender Equality (GENDERNET), 2021: Development finance for gender equality and women's empowerment: A 2021 snapshot. Disponível aqui: <https://www.oecd.org/development/gender-development/Development-finance-for-gender-equality-2021.pdf>
⁴ Consultar: <https://www.weforum.org/reports/ab6795a1-960c-42b2-b3d5-587eccda6023>

A IMPORTÂNCIA DA INTEGRAÇÃO DA PERSPETIVA DE GÉNERO NAS ORGANIZAÇÕES

GRUPO DE TRABALHO DE FEMINISMOS DE LA COORDINADORA*



— COORDINADORA DE ORGANIZACIONES PARA EL DESARROLLO

Estávamos no ano de 1989 quando um grupo de voluntárias e ativistas de organizações parceiras de La Coordinadora de Organizaciones para el Desarrollo (La Coordinadora) criou o Grupo de Género e Desenvolvimento. Nasceu com o objetivo de realçar o papel das mulheres nos processos de desenvolvimento e promover ações para que os programas de cooperação integrem a perspetiva de género. Era urgente garantir uma verdadeira igualdade entre homens e mulheres em todas as áreas. 30 anos mais tarde, o grupo mudou o seu nome para Grupo de Feminismos, uma aposta para uma abordagem muito mais ampla e integradora.

Ao longo deste tempo, temos observado a persistência de lacunas de género nas ONG de Desenvolvimento. Esta é uma realidade apesar de se tratar de um setor altamente feminizado. Além disso, observámos também dificuldades em integrar eficazmente a abordagem de género. Tudo isto levou-nos a apostar em processos que promovem a igualdade nas organizações.

E assim chegámos a 2013, quando realizámos um pequeno diagnóstico sobre a integração da perspetiva de género nas nossas próprias entidades. Este estudo revelou que as dificuldades que encontrámos na consolidação desta abordagem eram comuns a todos e todas nós. Identificámos também a La Coordinadora como um ator-chave para promover a transversalização desta visão nas nossas organizações parceiras. E assim, após várias sessões de formação e reflexão, o Conselho de Direção aprovou a Política de Género que nos acompanha desde então.

AS ORGANIZAÇÕES PARTIAM DO PRINCÍPIO DE QUE ESTE DEBATE TINHA SIDO ULTRAPASSADO

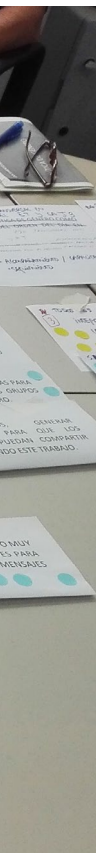
O que aprendemos ao longo deste tempo

Os processos pró-igualdade das organizações foram impulsionados mais pela vontade pessoal do que pela vontade institucional. É verdade que, posteriormente, tem havido um compromisso institucional explícito, embora nem sempre com os recursos necessários. Isto mostra que o empenho político das organizações não tem sido eficaz.

Em muitas ocasiões, o trabalho sobre questões de género começou com uma campanha ou projeto que mais tarde acabou por alargar a experiência ao resto da organização.

Outra das questões detetadas é que as organizações partiam do princípio de que este debate tinha sido ultrapassado. Entendia-se que, como organizações de ação social, as relações eram igualitárias e que o trabalho já incluía uma perspetiva de género. Além disso, as pessoas tinham interiorizado o discurso e este era reproduzido sem realmente permear as ações. Isto tornou os processos difíceis porque nos impediu de detetar inconsistências.

Um dos desafios ainda pendentes é conseguir uma maior participação e presença das mulheres nos órgãos de gestão. É também necessário ter mais pessoas responsáveis pelas questões de género nos grupos de trabalho e nas próprias organizações.



—
**AO LONGO DESTE
PERCURSO, CONTÁMOS
COM QUESTÕES
ESSENCIAIS SEM AS
QUAIS NÃO TERIA SIDO
POSSÍVEL CHEGAR
ONDE CHEGÁMOS.
UMA DELAS, E QUE TEM
SIDO FUNDAMENTAL,
FOI A MILITÂNCIA, O
EMPENHO PESSOAL E O
ATIVISMO DAS PESSOAS**

Luzes que iluminaram o caminho

Ao longo deste percurso, contámos com questões essenciais sem as quais não teria sido possível chegar onde chegámos. Uma delas, e que tem sido fundamental, foi a militância, o empenho pessoal e o ativismo das pessoas.

Ao longo destes anos, desenvolvemos uma enorme capacidade de trabalhar em equipa. O apoio de especialistas que não faziam parte do grupo também foi muito importante e foi fundamental para os nossos objetivos.

Como resultado do nosso ativismo, conseguimos fazer do grupo uma referência dentro de La Coordinadora. Somos consideradas um grupo

estratégico de advocacia. Precisamente em termos de advocacia, fizemos muitos progressos estabelecendo alianças estratégicas que não considerávamos antes. Uma das mais importantes é a que temos com os movimentos de base feminista. Por outro lado, temos tido um impacto dentro das nossas próprias organizações. Isto permitiu-nos romper com a segregação do trabalho, o que nos deu maior força e presença.

Em termos de defesa de políticas públicas, contribuímos para a promoção de processos pró-igualdade na cooperação. Defendemos a ideia de que deve existir um orçamento específico para promover a integração da perspectiva de género. De facto, uma boa parte do progresso nesta área no seio das nossas organizações deve-se às exigências dos financiadores.

Passos para o futuro

O percurso realizado mostrou-nos que La Coordinadora é um ator fundamental na promoção desta abordagem. A sua capacidade para melhorar o funcionamento das organizações e a qualidade da cooperação torna-a um ator-chave. Continuamos, portanto, a trabalhar para que os processos e ferramentas que são construídos neste espaço integrem uma perspectiva feminista.

Por outro lado, compreendemos que devemos continuar a manter um olhar transformador que vá para além da abordagem de género. Por outras palavras, precisamos de incorporar uma abordagem feminista; precisamos de refletir sobre quem somos, a nossa história, a nossa forma de entender a cooperação e o desenvolvimento, as nossas formas de trabalho, etc.

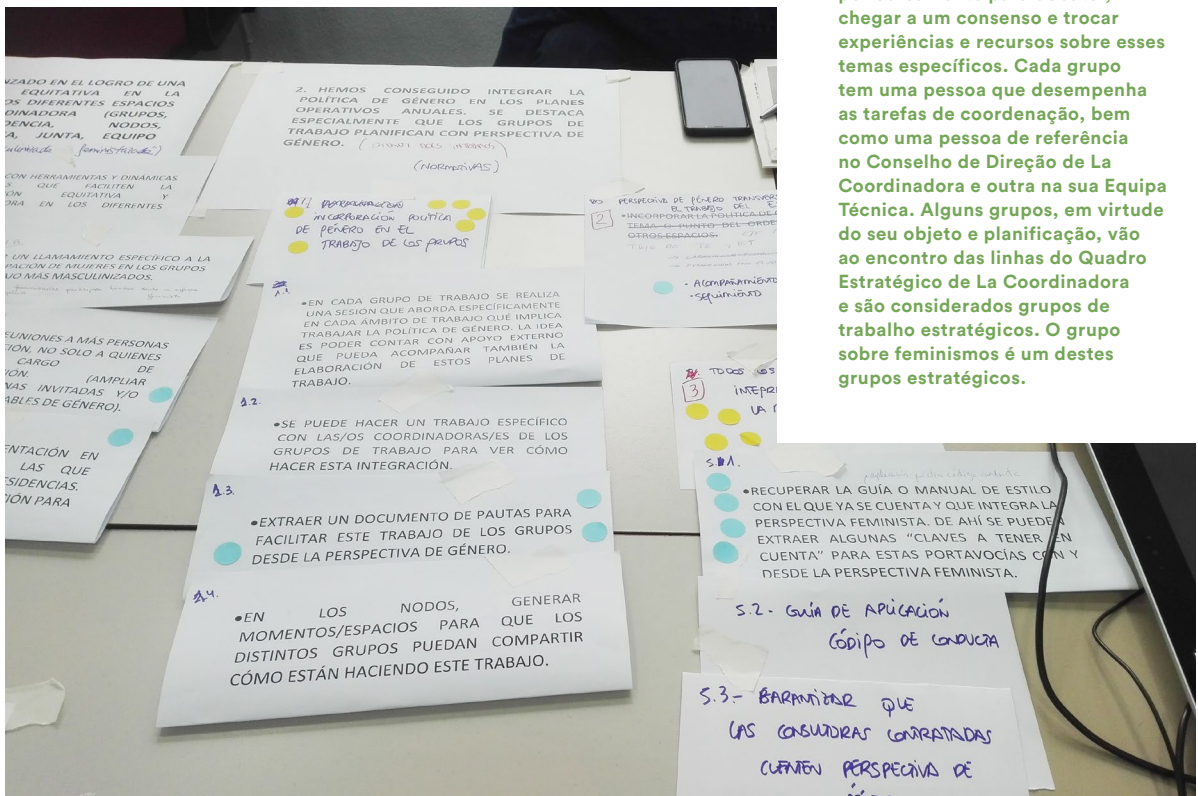
Esta perspectiva feminista significa defender um modelo de cooperação baseado em abordagens que vão beber nos chamados "saberes do Sul global" que, a partir de milhares de cantos do

DEFENDEMOS A IDEIA DE QUE DEVE EXISTIR UM ORÇAMENTO ESPECÍFICO PARA PROMOVER A INTEGRAÇÃO DA PERSPETIVA DE GÉNERO

planeta, constroem alternativas. Abordagens comprometidas com uma visão descolonial e pós-colonial, com propostas ecofeministas, com a economia feminista e a ética do cuidado. Um olhar que é alimentado por uma abordagem interseccional e inclusiva, onde a sobreposição de discriminações baseadas na idade, etnia, raça, classe, orientação sexual, identidade de género ou diversidade funcional, entre outras, é um elemento essencial do trabalho.

Continuaremos a construir coletivamente uma visão feminista e crítica para contribuir para uma verdadeira transformação que melhore a vida das pessoas e proteja o planeta que habitamos.

***Grupo de trabalho. Grupo de especialistas numa área ou tema específico, pertencentes a uma organização membro de La Coordinadora, que se reúnem periodicamente para debater, chegar a um consenso e trocar experiências e recursos sobre esses temas específicos. Cada grupo tem uma pessoa que desempenha as tarefas de coordenação, bem como uma pessoa de referência no Conselho de Direção de La Coordinadora e outra na sua Equipa Técnica. Alguns grupos, em virtude do seu objeto e planificação, vão ao encontro das linhas do Quadro Estratégico de La Coordinadora e são considerados grupos de trabalho estratégicos. O grupo sobre feminismos é um destes grupos estratégicos.**



A SUSTENTABILIDADE DO PLANETA E DOS SERES HUMANOS: POR UMA ECONOMIA FEMINISTA

ALEXANDRA SILVA

—
Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres

Começar pelo óbvio: **não haverá nunca desenvolvimento (que seja) sustentável se mais de metade da população mundial não participar em condições (no mínimo) idênticas às da outra metade.** Sabe-se que quanto mais mulheres trabalham, mais as economias crescem, dado que a participação das mulheres no trabalho remunerado aumenta o nível de rendimentos das famílias e, por consequência, dos países. Mas a que custo acontece esta participação? E qual o impacto da pandemia COVID-19 nessa participação?

No Mundo: Em 2021, 435 milhões de mulheres e raparigas vivem em pobreza extrema e 53% da população mundial não tem acesso a proteção social.¹ A pressão colocada nos serviços de saúde

durante o 1º ano da pandemia da COVID-19 fez com que serviços essenciais como os relacionados com a saúde sexual e reprodutiva fossem interrompidos, estimando-se que tal tenha levado a 1.4 milhões de gravidezes não desejadas em países de rendimento médio ou baixo.²

¹ UNWomen (2021), Progress on the Sustainable Development Goals: the gender snapshot 2021. Pág. 6. Disponível em <https://www.unwomen.org/sites/default/files/Headquarters/Attachments/Sections/Library/Publications/2021/Progress-on-the-Sustainable-Development-Goals-The-gender-snapshot-2021-en.pdf>
² Ibidem, pág. 8.

Sabe-se que a pandemia intensificou a (sobre) carga do trabalho doméstico para as mulheres. Mesmo antes da pandemia, as mulheres já realizavam 3,2 vezes mais horas do que os homens em trabalho não pago do cuidado.³

Entre 2019 e 2020, a taxa de emprego das mulheres, em termos mundiais, desceu 4,4% face a 3% para os homens. Na totalidade, menos 54 milhões de mulheres deixaram de estar empregadas e 45 milhões deixaram de participar no mercado de trabalho de vez. Estima-se que, em 2021, o número de mulheres empregadas é de menos 13 milhões face a 2019, sendo que o número de homens empregados seja semelhante ao do ano anterior.⁴

³ Ibidem, pág. 11.

⁴ Ibidem, pág. 14.

⁵ Ibidem, pág. 14.

Já as mulheres no chamado setor informal da economia foram severamente afetadas pela “tripla crise”: aumento do trabalho não pago dos cuidados em casa, perda de trabalho e de rendimentos - em junho de 2020, os rendimentos das mulheres no trabalho informal desceram para 42,4% dos níveis pré-pandemia.⁵

— NÃO HAVERÁ NUNCA DESENVOLVIMENTO (QUE SEJA) SUSTENTÁVEL SE MAIS DE METADE DA POPULAÇÃO MUNDIAL NÃO PARTICIPAR EM CONDIÇÕES (NO MÍNIMO) IDÊNTICAS ÀS DA OUTRA METADE





— À FINAL, QUE MODELO DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA QUEREMOS?

Embora as mulheres tenham sempre assumido o essencial das responsabilidades cuidadoras, elas são as trabalhadoras menos valorizadas e mais mal remuneradas, em setores sem os quais as nossas sociedades e economias simplesmente entrariam em colapso.

Está chegada a hora de nos questionarmos: **afinal, que modelo de organização social e económica queremos?** Com a pandemia que nos tem ensinado a ser e a fazer diferente, queremos simplesmente adaptarmo-nos ou queremos transformar a relação que temos com o trabalho centrado na produção e no consumo desenfreado de recursos?

Este é o momento para reconhecer e valorizar o papel determinante que o trabalho do

cuidado, remunerado ou não remunerado, até hoje essencialmente desempenhado por mulheres, **tem na nossa sociedade. Este é o momento para exigirmos a transformação que está presente na economia feminista ou púrpura.**⁶

A economia feminista desafia o atual modelo macroeconómico, baseado num crescimento insustentável assente na exploração das pessoas, principalmente das mulheres, e do meio ambiente, cujos recursos são finitos. Por outro lado, a forma como coletamos impostos e medimos o crescimento e a produtividade (ou seja, por meio do PIB) ignora completamente as contribuições inestimáveis do trabalho invisível e não pago das mulheres.

A economia feminista assenta em 3 pilares:

- Num novo quadro de política macroeconómica que abrange três dimensões fundamentais: justiça económica, justiça social e justiça ambiental. Este quadro macroeconómico deve alicerçar-se nos direitos humanos universalmente acordados (direitos civis e políticos, direitos económicos, sociais e culturais) respeitando a diversidade e permanecendo vigilante face às formas de discriminação múltiplas e interseccionais, ao mesmo tempo que assegura a justiça climática.
- Numa infraestrutura de cuidados sociais universal que permita cuidar dos/as outros/as e ser cuidado/a em diferentes períodos das nossas vidas. Num modelo económico feminista, o cuidado é a espinha dorsal da sociedade; é o que faz a sociedade funcionar.
- Num mercado de trabalho inclusivo onde a igualdade, a proteção social e o cuidado são os elementos principais. Uma economia feminista promove a redução geral do tempo de trabalho para todas as pessoas, de modo a que as responsabilidades de cuidado e de trabalho possam ser mais equilibradas, tanto para as mulheres quanto para os homens. Também conta com uma infraestrutura pública abrangente e serviços públicos para facilitar a reprodução social, desde a saúde até aos transportes públicos. Uma economia feminista luta pela paz e pelo bem-estar para todas e todos e por um planeta saudável.

Naquilo que acreditamos poder ser a transição de um ciclo económico para uma mudança de grande amplitude em todos os setores de atividade e no funcionamento da economia como um todo, **há que garantir que TODAS AS PESSOAS – MULHERES E HOMENS – são beneficiadas e não prejudicadas.**

ESTE É O MOMENTO PARA RECONHECER E VALORIZAR O PAPEL DETERMINANTE QUE O TRABALHO DO CUIDADO (...) TEM NA NOSSA SOCIEDADE

Sublinhamos: **o pós-pandemia tem de ser acompanhado por um reposicionamento das sociedades relativamente ao seu modo de organização, comportamentos e estilos de vida, nomeadamente no que respeita à necessária alteração das desigualdades entre mulheres e homens e à eliminação das discriminações com base no sexo a que se somam outras.**

Este é o tempo para mudanças e políticas ousadas, às várias escalas: nacionais, regionais e mundiais. Porque **será o combate às desigualdades estruturais e sistémicas que tornará o mundo justo, coeso e inclusivo.**

¶ Para um melhor conhecimento, ver Pacto Púrpura: Uma abordagem feminista da economia, disponível em <https://plataformamulheres.org.pt/site/wp-content/ficheiros/2021/02/Pacto-Purpura-Uma-abordagem-feminista-da-economia.pdf>

O DESAFIO DE PROMOVER UMA AGENDA FEMININA NA GUINÉ-BISSAU

NELVINA BARRETO

—
Coordenadora-Adjunta da MIGUILAN

Bissau, 22 de Novembro de 2021

A MIGUILAN- MINDJERIS DI GUINE NO LANTA (MULHERES DA GUINE, LEVATEMO-NOS) é um movimento criado em Agosto de 2015, **constituído exclusivamente por mulheres** guineenses, que espontaneamente se mobilizaram face aos eventos políticos que levaram ao derrube, pelo Presidente da República, do Governo saído das urnas após as eleições legislativas de 2014.

A criação do movimento foi subscrita inicialmente por 54 mulheres, oriundas de diferentes extratos socio-profissionais. Neste momento, a MIGUILAN conta com 150 membros na Guiné-Bissau e na Diáspora.

Estas mulheres partilham o mesmo sentimento de indignação face ao clima de constante instabilidade, com golpes de estado cíclicos, interrupções frequentes da normalidade governativa e do processo de relance económico do país, conflitos atizados entre as instituições da República e desrespeito da legalidade constitucional, cometida muitas vezes por instâncias que deveriam ser o garante do seu cumprimento.

A consequência é um impacto negativo na vida de todos os que vivem e apostam no país, em particular os jovens e as mulheres, dois grupos particularmente vulneráveis, que se sentem defraudados na sua esperança de ter um país onde possam construir as bases do seu futuro.

A situação histórico-social das mulheres na Guiné-Bissau mostra que não obstante os avanços no domínio da legislação e de se assistir a uma evolução positiva na educação das raparigas, na redução dos casos de práticas nefastas para a saúde das meninas e mulheres, entre outros males; as disparidades entre os sexos continuam marcantes na nossa sociedade. Isso deve-se



_ FOTOGRAFIA DO FACEBOOK DA MIGULAN

sobretudo, ao peso dos factores socioeconómicos e culturais e a situação da discriminação familiar que continuam a fazer parte do quotidiano da mulher guineense.

A título de exemplo, o último relatório de Desenvolvimento Humano do PNUD mostra que a taxa de escolaridade das raparigas corresponde em média a 1,4 anos enquanto dos rapazes situa-se por volta dos 3,4 anos.

Mais de 50% da população da Guiné-Bissau é composta por mulheres, constituindo elas a força motora da economia guineense. As mulheres são as principais agentes económicas do sector primário e secundário, assegurando nomeadamente 55% da produção agrícola na Guiné Bissau e sendo responsáveis por uma larga fatia da economia não formal, associada a actividades económicas ligadas ao pequeno comércio. Graças aos esforços e às capacidades das mulheres, tem sido possível garantir ao seu agregado familiar, particularmente aos filhos, o acesso a escolarização e alimentação, saúde e vestuário.

**—
A SITUAÇÃO HISTÓRICO-
SOCIAL DAS MULHERES
NA GUINÉ-BISSAU
MOSTRA QUE NÃO
OBSTANTE OS AVANÇOS (...)
AS DISPARIDADES ENTRE
OS SEXOS CONTINUAM
MARCANTES NA NOSSA
SOCIEDADE**

AS MULHERES CONTINUAM A FIGURAR COMO UM GRUPO PARTICULARMENTE VULNERÁVEL QUER NO QUE DIZ RESPEITO AO ACESSO AOS MEIOS DE PRODUÇÃO, COMO AOS BENS, SERVIÇOS, EDUCAÇÃO, SAÚDE E FORMAÇÃO

Segundo o Inquérito Ligeiro para Avaliação da Pobreza II (ILAP II), 23,1% das famílias guineenses são chefiadas por mulheres, elevando-se esse número para 31,2% no Sector Autónomo de Bissau.

Não obstante estes dados, as taxas de pobreza incidem maioritariamente sobre a camada feminina (69,3%).

Isso se deve principalmente ao facto de as atividades económicas exercidas por elas apresentarem um menor grau de rentabilidade, devido ao seu baixo nível de escolarização e alfabetização. As mulheres continuam a figurar como um grupo particularmente vulnerável quer no que diz respeito ao acesso aos meios de produção, como aos bens, serviços, educação, saúde e formação.

São as vítimas mais frequentes de violações de direitos humanos; casamento precoce e forçado, violência doméstica, mutilação genital

feminina, violência sexual e abusos de todo o género, passando pelo assédio sexual nos locais de trabalho. Os indicadores económicos e sociais demonstram a difícil e por vezes mesmo dramática situação vivida pelas mulheres na Guiné-Bissau.

Apesar do quadro geral ainda ser bastante negativo, um grande esforço tem sido feito pelas organizações da sociedade civil, nomeadamente as redes associativas femininas, nas quais a MIGUILAN tem assumido um papel de destaque, com acções de sensibilização, de formação e de informação à sociedade guineense e aos poderes públicos, em particular aos deputados da Assembleia Nacional Popular.

Graças à mobilização das organizações femininas em torno de uma agenda protectora da integridade física e moral da mulher, assim como da sua participação política, foi possível conseguir a aprovação de leis contra a mutilação genital feminina, a lei contra a violência doméstica, a política nacional para a Equidade e Igualdade de género, a lei da paridade, entre outras. Este processo de reconhecimento dos direitos da mulher, da sua autonomia e emancipação, comumente conhecidas como “empowerment”, traduziu-se na consolidação de alguns ganhos importantes como a lei da paridade aprovada em Dezembro de 2018.

A proposta de Lei da Paridade foi desta forma, elaborada e apresentada à Comissão Especializada para a Mulher e Criança da Assembleia Nacional Popular, por um grupo de organizações femininas, entre as quais a MIGUILAN, liderada pela Plataforma Política das Mulheres.



_ FOTOGRAFIA DO FACEBOOK DA MIGUILAN

Contudo, sabemos que é utópico pensar em alterar a realidade que afecta mais de 50% da população somente com medidas legislativas, temos consciência que será necessária uma profunda transformação da sociedade a todos os níveis; económico, social e cultural.

Nas zonas rurais, por exemplo, é necessário que elas sejam libertas das tarefas penosas do campo, através de acções práticas que promovam e encorajem o seu acesso à terra e à propriedade, que sejam criados programas de aquisição de máquinas de pilar, de debulhar, de criação de animais de ciclo curto, com o objectivo de aliviar a carga de trabalho a que estão sujeitas e permitir a melhoria das condições de saúde, sanitárias e nutricionais para elas e para as crianças.

Nos centros urbanos, são necessários programas específicos de treinamento de gestão de pequenos negócios, para ajudá-las a reduzir o risco ligado às suas actividades e inseri-las posteriormente no circuito bancário, apoiando-as assim a integrarem o sistema económico formal.

**–
UM GRANDE ESFORÇO
TEM SIDO FEITO PELAS
ORGANIZAÇÕES DA
SOCIEDADE CIVIL,
NOMEADAMENTE AS
REDES ASSOCIATIVAS
FEMININAS, NAS QUAIS
A MIGUILAN TEM
ASSUMIDO UM PAPEL DE
DESTAQUE, COM ACÇÕES
DE SENSIBILIZAÇÃO,
DE FORMAÇÃO E DE
INFORMAÇÃO À SOCIEDADE
GUINEENSE E AOS
PODERES PÚBLICOS**



_ FOTOGRAFIA DO FACEBOOK DA MIGUILAN

Por todo o País, campanhas de comunicação, de informação e de sensibilização nas rádios - principalmente as comunitárias -, nos jornais, nas redes sociais, deverão sustentar e acompanhar estes programas de longa duração (no mínimo 5 anos).

Estas são algumas actividades nas quais a MIGUILAN tem estado implicada, em colaboração e sinergia com outras organizações de mulheres, para favorecer a autonomização da mulher e permitir a sua plena participação na sociedade.

Neste quadro, a MIGUILAN tem-se associado ao Consórcio da Casa de Direitos, na organização anual de uma Roda de Mulheres, com o objectivo de impulsionar debates e reflexões para despertar a consciência geral, mas particularmente da camada feminina, visando contribuir para a transformação estrutural da sociedade guineense, tornando-a portadora de valores democráticos, baseados na justiça social, na igualdade de género e na liberdade de expressão, servindo igualmente de viveiro para a emergência de lideranças femininas.

**É UTÓPICO PENSAR EM
ALTERAR A REALIDADE
QUE AFECTA MAIS DE
50% DA POPULAÇÃO
SOMENTE COM MEDIDAS
LEGISLATIVAS, TEMOS
CONSCIÊNCIA QUE
SERÁ NECESSÁRIA
UMA PROFUNDA
TRANSFORMAÇÃO DA
SOCIEDADE A TODOS
OS NÍVEIS**

Numa perspectiva mais global, a MIGUILAN, em parceria com a ACEP, promoveu ainda este ano, em Bissau, um importante encontro de intercâmbio com algumas organizações femininas de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe, com ganhos substanciais para a temática da mulher.

Nesse encontro foi ressaltada a necessidade de continuarmos a promover a conexão e interação com as mulheres de outros países e de outras realidades (nomeadamente da sub-região africana onde estamos integrados e da CPLP), para aprendermos melhor umas com as outras, para definirmos estratégias globais que possam reforçar os nossos processos que muitas vezes têm um denominador comum: a discriminação, os estereótipos, a violência, os estigmas, as barreiras tradicionais e a falta de oportunidades.

Precisamos pensar juntas para transformar melhor o ambiente hostil que nos rodeia.

_ FOTOGRAFIA DO FACEBOOK DA MIGUILAN



— PRECISAMOS PENSAR JUNTAS PARA TRANSFORMAR MELHOR O AMBIENTE HOSTIL QUE NOS RODEIA

Continuaremos a desenvolver um trabalho de informação, de comunicação e sensibilização junto à camada feminina, para educar, formar e despertar a autoestima e consciência da força que representam. Mas a batalha pela igualdade não pode ser ganha sem a participação de ambos os sexos e o envolvimento de toda a sociedade. É uma questão de educação societal e civilizacional que naturalmente levará tempo a ser integrada pela sociedade guineense.

Mas lá chegaremos, estou certa.

DE QUE FALAMOS QUANDO FALAMOS DE PRÁTICAS (TRADICIONAIS) NEFASTAS

ALICE FRADE

—
Dir.Executiva da P&D Factor

Práticas que, ancoradas em argumentos de tradição e cultura, se traduzem em múltiplas formas de discriminação e violência (com base no sexo, idade, lugar que ocupam na família, ...), atentam de forma desproporcional contra os direitos de meninas, jovens e mulheres ao mesmo tempo que limitam a realização do seu potencial. Falamos de práticas (de pressão/aceitação 'coletiva') com impacto directo no reconhecimento, exercício e usufruto do direito à educação, à saúde, à herança e posse dos meios de produção, à participação pública e política, à igualdade e ao desenvolvimento que frequentemente causam danos e sofrimento físico e psicológico.

Entre a longa listagem de Práticas Nefastas (PN), na sua maioria já reconhecidas pela comunidade internacional em diferentes documentos, mecanismos e compromissos, encontramos: Mutilação Genital Feminina; Casamentos ou uniões Infantis, Precoces,

Forçadas e ou Combinadas; Interditos de Herança; Tabús alimentares; Compra e venda da noiva; Testes de virgindade; Crimes de honra; Purificação de viúvas; Apedrejamento em praça pública; Queimadura com ácido; Esconder, pressionar, “engomar” dos seios; Preferência pela descendência masculina e/ou filho mais velho,

As práticas nefastas não estão confinadas a um continente, a um determinado grupo étnico ou a praticantes de uma religião; do mesmo modo que a existência em determinados países é resultado de processos migratórios e diferentes diásporas, mas sobretudo do que não fizemos. A Mutilação Genital Feminina (MGF), os Casamentos/Uniões infantis, precoces e forçadas (CIPF), por exemplo, estão presentes em países como Bangladesh, Brasil, Burkina Faso, Colômbia, Etiópia, Ghana, Guiné-Bissau, Índia, Indonésia, Moçambique, Nepal, Níger, Portugal, Quênia, Reino Unido, Uganda, Yemen, Zâmbia, entre tantos outros¹.

— AO LONGO DA HISTÓRIA RECENTE O TEMA DAS PRÁTICAS NEFASTAS AOS DIREITOS DAS MENINAS E MULHERES GANHOU PROTAGONISMO (...) GRAÇAS, SOBRETUDO, AO TRABALHO DE ADVOCACY DE INÚMEROS COLETIVOS DE MULHERES, DE DIREITOS HUMANOS E DE DESENVOLVIMENTO

Ao longo da história recente o tema das práticas nefastas aos direitos das meninas e mulheres ganhou protagonismo incluindo nas Agendas de organizações do sistema das Nações Unidas (UNFPA, UNICEF) graças, sobretudo, ao trabalho de advocacy de inúmeros coletivos de mulheres, de direitos humanos e de desenvolvimento. Na Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável, o ODS 5 (Alcançar a Igualdade de Género e Empoderar todas as Meninas e Mulheres), lida a sua visão e metas, na totalidade, é disto exemplo, quando reconhece: *“Pôr fim a todas as discriminações sobre as mulheres e raparigas não é apenas uma questão basilar de direitos humanos, é crucial para o desenvolvimento sustentável; está*

provado que ajuda o crescimento económico e desenvolvimento” (...) e “quando na Meta 5.3. explicita **“Eliminar todas as práticas nefastas, tais como o casamento infantil, precoce e forçado e a mutilação genital feminina”**”.

Os dados disponíveis referem, no entanto, que o continente africano reúne o maior número de países com a prática de MGF, entre outras PN, daí não seja despiciente lembrar a Agenda 2063 da União Africana (2014) - A África que Nós Queremos (the Africa We Want)² que apela ao fim da discriminação com base no género, incluindo a MGF, em seguimento de outras iniciativas incluindo o Protocolo de Maputo, 2003, “Protocolo à Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos, relativo aos Direitos da Mulher em África”³ onde se lê *“firmemente convencidos que toda a prática que impeça ou ponha em perigo o crescimento normal e afecte o desenvolvimento físico e psicológico das mulheres e das raparigas, deve ser condenada e eliminada”* havendo, ainda, artigos específicos como o 5º. Eliminação de Práticas Nocivas e 6º Casamento. Mas também a “Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e Combate à Violência Contra as Mulheres e a Violência Doméstica”⁴ a que Portugal está obrigado e bem, também, contexto da coerência das políticas públicas.

Ao longo dos últimos anos assistimos a avanços com a adoção de legislação, de programas e estratégias regionais e nacionais específicas sobre Práticas Nefastas, por muitos países. Ao mesmo tempo **assistimos ao reforço da ação, da participação e da visibilidade pública e política de muitas jovens e mulheres “guerreiras” pelo**



abandono de práticas nefastas em respeito pela autonomia e integridade do seu corpo, em respeito pela igualdade em matéria de todos os direitos humanos em todas as comunidades, que cobram aos estados as promessas adiadas ao mesmo tempo que reivindicam o seu lugar à mesa das negociações e decisões, incluindo em matéria de financiamento. São estas jovens e mulheres, que embora vivendo com as marcas de tradições que magoam e calam, foram capazes de romper barreiras e derrubar obstáculos, são rosto de campanhas, vozes de denúncia e apelo, agentes de desenvolvimento comunitário, autoras de biografias e investigação académica, dirigentes políticas e de organizações da sociedade civil, solidárias e sabem acompanhar e empoderar outras jovens e mulheres.

São muitas destas jovens e mulheres com quem nos cruzamos e trabalhamos no quotidiano, que connosco lembram que chegou o tempo de reforçar, acelerar esforços, realizar as promessas feitas em muitas conferências e documentos de política pública. Faltam 9 anos para concluir a Agenda 2030. A crise financeira e a pandemia fizeram recuar muitas das intervenções que estavam no terreno e em outras tantas situações agravaram os problemas.

Para combater e acabar com as práticas nefastas, os compromissos da proteção social e jurídica, dos direitos universais de acesso à educação e saúde sexual e reprodutiva têm de ser garantidos. Precisamos reforçar a atenção às pessoas reais, ao que significa interseccionalidade, ao sentido de causa e responsabilidade cidadã e alguma



¹ <https://popdesenvolvimento.org/images/noticias/2021/Colaborar-Ativamente-Prevencao-Eliminacao-Mutilacao-Genital-Feminina-Manual-Procedimentos-20210518.pdf> pgs-41-45 e <https://www.unfpa.org/child-marriage>
² https://au.int/sites/default/files/documents/36204-doc-agenda2063_popular_version_po.pdf
³ https://au.int/sites/default/files/treaties/37077-treaty-0027_-_protocol_to_the_african_charter_on_human_and_peoples_rights_on_the_rights_of_women_in_africa_p.pdf
⁴ <https://rm.coe.int/168046253d>

**—
ASSISTIMOS AO
REFORÇO DA AÇÃO, DA
PARTICIPAÇÃO E DA
VISIBILIDADE PÚBLICA
E POLÍTICA DE MUITAS
JOVENS E MULHERES
“GUERREIRAS” PELO
ABANDONO DE PRÁTICAS
NEFASTAS EM RESPEITO
PELA AUTONOMIA E
INTEGRIDADE DO SEU
CORPO**

sororidade. Precisamos coletivamente que se perceba que quando os direitos humanos estão em risco não há temas sensíveis (cultural ou politicamente) mas sim abordagens (às vezes) corajosas, assentes na verdade das evidências e saberes e, claro está, financiamento... porque a prevenção, a formação, a participação e o empoderamento exigem recursos para custear salários, deslocamentos, trabalho de terreno, campanhas, materiais para além da água, luz e alimento de todos os dias.

Todos os dias nascem crianças, todos os dias são casadas crianças, todos os dias são mutiladas crianças, todos os dias morrem jovens e mulheres por causas associadas à violência baseada no género, à gravidez e ao parto. Todos os dias há quem afirme que são problemas que temos de enfrentar e resolver, mas todos os dias há quem use os adjetivos “complicado” ou “complexo” para justificar o nada fazer, ao mesmo tempo que se reclama a humanidade partilhada.

Para cumprir o objetivo global de eliminação das práticas nefastas até 2030, devido ao crescimento populacional e à COVID-19, o investimento terá de ser multiplicado por 10. Para que ninguém fique para trás é preciso acelerar a velocidade nas decisões e prioridades técnicas e políticas com financiamento assegurado, empoderar vozes audíveis e da sociedade civil independente. Ou então continuaremos a contar vítimas ... é a escolha, que não queremos.

A P&D Factor agradece à Plataforma Portuguesa das ONGD o convite para este artigo ao mesmo tempo que se disponibiliza para a partilha de experiência e saber.

<https://popdesenvolvimento.org/>

À CONVERSA COM LAILA DAVA

Laila Dava fez parte do Programa CHANGE da Girl Move Academy. É Gestora do Mwarusi Inmotion.



— ENTREVISTA REALIZADA POR

Rita Leote, Diretora Executiva da Plataforma Portuguesa das ONGD

Na sua opinião, qual é o ponto de situação e quais são os grandes desafios que se colocam relativamente à igualdade de género em Moçambique?

A situação da igualdade de género mudou muito. Não está do jeito como nós desejávamos que estivesse, mas não está como estava antes, onde nós tínhamos raparigas e mulheres sem acesso à escola. Hoje temos um equilíbrio em termos de números nas escolas, apesar de ainda haver vários desafios. A situação está a caminhar lentamente. Estamos a ter leis a ser aprovadas que favorecem muito as mulheres, estamos a ter mulheres a serem formadas, o que permite com que comecemos a ver a sua contribuição para o desenvolvimento do país. O que vem impedir, se calhar, que o passo seja mais rápido, são algumas questões socioculturais que variam de província para província. Eu sou do Sul e agora encontro-me no norte do país,

— **A SITUAÇÃO ESTÁ A CAMINHAR LENTAMENTE. ESTAMOS A TER LEIS A SER APROVADAS QUE FAVORECEM MUITO AS MULHERES (...). O QUE VEM IMPEDIR, SE CALHAR, QUE O PASSO SEJA MAIS RÁPIDO, SÃO ALGUMAS QUESTÕES SOCIOCULTURAIS (...)**

e a realidade é outra. Lá, a nossa sociedade é patrilinear, e aqui é matrilinear, mas tem certas práticas que discriminam a mulher nos dois sítios. No Sul, nós temos o lobolo, que é um casamento tradicional, em que se educa a mulher para a submissão no casamento, e aqui nós temos os ritos de iniciação que legitimam as raparigas como mulheres que já podem casar. Esta questão espoleta as uniões prematuras e as gravidezes prematuras, coisas contra as quais nós temos lutado cá, em Nampula, e em todo o país. Se formos olhar para os indicadores, encontramos esses desafios como uma grande barreira para que as mulheres continuem na escola, para que elas tenham poder de decidir, para que elas estejam num cargo relevante, seja no setor público ou privado, e tenham a mesma tabela salarial que os homens.

A Laila falou de várias dimensões importantes ligadas à igualdade de género. Pensando nas políticas públicas em Moçambique quais acha que são as que têm mais ajudado a promover a igualdade de género e o que acha que é necessário para chegar mais longe?

O Governo afirma que uma das prioridades é a igualdade de género, têm parcerias com várias instituições e organizações da sociedade civil, e têm desenvolvido vários instrumentos legais. Em termos de lei, posso dizer que o nosso país está muito bem. Há anos atrás nós tínhamos no nosso Código Penal um artigo que feria os direitos humanos - especificamente aqueles que tocavam as mulheres -, porque no artigo vinha que se uma menina é violada e o violador mostrar interesse

**—
TEMOS MUITAS LEIS, NA
VERDADE, MUITAS LEIS QUE
APENAS PRECISAMOS COLOCAR
A FUNCIONAR. FALTA UMA
BASE DE COMUNICAÇÃO E
MAIS VONTADE PARA FAZER
ACONTECER**

em casar com ela, ele ficava isento da pena, desde que a família aceitasse e a menina casasse. Tinha também artigos que permitiam que meninas com 16 anos se casassem com o consentimento dos pais. Devido à Lei da Liberdade da Expressão, que nos favorece sair à rua e expor as nossas inquietações, a sociedade civil conseguiu reverter essa situação, tendo sido trocado esse artigo no Código Penal, tirando por completo uniões prematuras, mesmo com a aceitação dos pais. E para reforçar, em 2019, a 22 de outubro, celebrámos a Lei Contra as Uniões Prematuras, que dá uma base de como intervir em caso de uniões prematuras. Tem leis contra a violência praticada contra a mulher, temos organizações que trabalham no sentido de garantir que mulheres vítimas de violência são assistidas e estão em segurança. Temos muitas leis, na verdade, muitas leis que apenas precisamos colocar a funcionar. Falta uma base de comunicação e mais vontade para fazer acontecer.

A nível da sociedade moçambicana, acha que a sociedade acompanha esse ritmo e essa perspetiva a nível governamental, ou ao nível da sensibilização das pessoas ainda há mais a fazer?

Eu acredito que ainda há muito a fazer, porque as pessoas que estão a acompanhar essas mudanças, que têm esse conhecimento, geralmente são pessoas que estão conectadas a uma organização ou ao governo. A sociedade no geral, desde aquela mulher do campo a todas as mulheres que vivem em áreas urbanas que não estejam conectadas a uma organização, não conhecem estes instrumentos, não estão a acompanhar estes processos, e por vezes acaba a não funcionar se elas não apresentam queixa. Nós que estamos cá deste lado temos desenvolvido programas para garantir que essa informação chega, mas não tem sido suficiente.

Na sua opinião, qual acha que é o papel do trabalho na capacitação e na promoção do empoderamento de mulheres e raparigas para o desenvolvimento sustentável em Moçambique?

Na minha opinião é importante trabalhar nesses dois processos, a capacitação e o empoderamento, porque a capacitação vem trazer a questão da melhoria das minhas habilidades, vem despertar mais o meu potencial; e o empoderamento vem-me ensinar a ser mais firme, a ter as minhas próprias decisões, e a exercer influência sobre aquilo que eu quero transformar. Se nós temos mulheres capacitadas

e empoderadas, nós vamos ter mais colaboração, mais mão-de-obra no terreno de qualidade, mais opiniões que podem vir a transformar a nossa sociedade. Mulheres educadas, mulheres empoderadas podem, sim, transformar o mundo. Não vêm trazer a desigualdade, como muitos homens acham. Quando nós temos mulheres formadas - porque elas acabam a ser aquelas que cuidam da família, aquelas que cuidam da educação dos filhos – elas vão educar os seus filhos de forma a que cresçam firmes, de forma a que tenham opiniões e conhecimentos do que está a acontecer no mundo atual, e estejam certos do que querem ser e fazer no futuro.

Considerando tudo o que disse e a relevância desta força que as mulheres e as raparigas podem ter, como é que sente que tem sido a intervenção da Girl Move neste contexto?

Eu acho que a intervenção da Girl Move tem sido de grande ajuda. Eu olho, primeiro, como Girl Mover alumni que fez parte da formação oferecida pela Girl Move, e também como parte da equipa, agora estando desde lado e passando esta informação para as outras meninas. A Girl Move tem quebrado ciclos de pobreza cá em Moçambique, ajudando a garantir que há mais desenvolvimento no país. A Girl Move traz empoderamento, é essa a questão. Nós trazemos a nossa habilidade, e ela vem a despertar essa força em nós, essa firmeza em nós, clareza em nossos passos, de onde nós queremos ir, o que nós queremos ser, onde é que nós queremos impactar e como é que nós podemos fazê-lo. E, ao mesmo tempo, há a metodologia que a Girl Move traz, essa metodologia inovadora de mentoria em cascata que permite com que nós vejamos

diferentes manas como modelos de referência. Essa questão de uma mwarusi, uma menina da sétima classe, ter uma mana mentora que já está na universidade como modelo de referência, e esta mana da universidade ver a mana do Change, que é a mana já licenciada, como modelo de referência, veio fortalecer isso. Porque essa menina da sétima classe pode, nalgum momento, se sentir tentada a desistir, mas quando tem esse modelo de referência que é a mana mentora, que também conta a sua trajetória de como conseguiu caminhar mesmo em maior dificuldade, e ao mesmo tempo ver a experiência da mana Girl Mover que pensou desistir, mas conseguiu caminhar e chegar à licenciatura, e ter uma formação de impacto e sair daqui, ter um emprego que deseja ou criar a sua companhia, então essa menina começa a avaliar as coisas. "OK, o que é mais sustentável para mim? É entrar num casamento agora, construir uma família, ou é continuar a estudar e garantir que os meus sonhos são realizados e não só, garantir que eu inspiro outras meninas?" A Girl Move tem trazido isso, e são várias coisas que nós podemos ver. Por exemplo, quando nós chegámos aqui, os níveis de uniões prematuras eram muito altos em Nampula. Como nós trabalhamos em várias escolas aqui na cidade de Nampula, conseguimos manter muitas meninas na escola. Com as formações, com essas capacitações que a equipa do Believe tem levado ao campo e trabalhado em parceria com as escolas, conseguimos formar as meninas em relação a habilidades para a vida e despertar esse potencial nelas. Mantemo-las na escola, mas com mais foco para o futuro delas. Temos os números de gravidezes precoces a baixarem, os números de uniões prematuras a baixarem, tudo isso graças à capacitação e ao empoderamento. Temos mulheres universitárias a concluírem a faculdade. E no programa de licenciadas, ganhamos clareza do que queremos fazer realmente, aprendemos como é que podemos desenvolver o nosso projeto, ou adquirir ferramentas que nos conectem ao emprego que nós queremos ter.

MULHERES EDUCADAS, MULHERES EMPODERADAS PODEM, SIM, TRANSFORMAR O MUNDO

O impacto que sentiu na sua vida, foi semelhante a esse que estava a explicar agora?

Sim. Eu sou bailarina, e quando cheguei aqui já tinha um sonho de criar uma escola de dança focada para o desenvolvimento humano e o despertar do potencial de adolescentes e jovens de comunidades vulneráveis. Eu já fazia isso de forma improvisada, mas quando cheguei aqui tive ferramentas que me fizeram ver como é que eu posso organizar a minha escola, e ao mesmo tempo tive a oportunidade de entrar na equipa, que me permitiu começar a trabalhar diretamente com o meu grupo-alvo, que é as mwarusi. Agora eu desenho sessões de dança com o foco para expressão delas. São sessões com o intuito de comunicar e ao mesmo tempo de ensinar as meninas que a cultura delas fala, e que pode falar de um modo que as leve a um caminho negativo, mas também pode falar de um modo que as leve a um caminho positivo – e então como é que nós, juntas, a equipa e elas, podemos usar essa cultura para transmitir mensagens que venham despertar os sonhos de outras meninas? É mais ou menos isso. Eu sinto que estou a fazer o que eu queria fazer.

RECURSOS

ARTIGOS/PUBLICAÇÕES

Care International (2020) Gender implications of covid-19 outbreaks in development and humanitarian Settings

Lobby Europeu das Mulheres e Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres (2019) Pacto Púrpura: Uma abordagem feminista da economia

UN Women (2021) Progress on the Sustainable Development Goals: The gender snapshot

CIDSE, Rede AgriCulturas e Coletivo Cultivate (2020) Farming matters: Agroecology and Feminism

OECD DAC network on gender equality (2021) Development finance for gender equality and women's empowerment: A 2021 snapshot

UNFPA (2021) State of World Population 2021 - My body is my own: Claiming the right to autonomy and self-determination

Concord Europe (2018) Women's rights and trade: time for a radical shift

Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres (2017) Localização Objetivos de Desenvolvimento Sustentável numa perspetiva de género

Women Deliver (2021) The Link between Climate Change and Sexual and Reproductive Health and Rights

Concord Europe (2021), Analysis of the Gender Action Plan III

World Economic Forum (2021) Global Gender Gap Report 2021

European Commission (2020) EU Gender Action Plan (GAP) III

UN Women (2021) Beyond COVID-19: A feminist plan for sustainability and social justice

SITES

UNFPA

UN WOMEN

Convention on the Elimination of all forms of Discrimination against Women (CEDAW)

Beijing Platform for Action

The Women, Gender and Development Directorate African Union

ACEP ASSOCIAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO ENTRE OS POVOS
ADDHU ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
ADIRN ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO RIBATEJO NORTE
ADPM ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DO PATRIMÓNIO DE MÉRTOLA
ADRA ASSOCIAÇÃO ADVENTISTA PARA O DESENVOLVIMENTO, RECURSOS E ASSISTÊNCIA
AIDGLOBAL ACÇÃO E INTEGRAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO GLOBAL
AJAP ASSOCIAÇÃO DOS JOVENS AGRICULTORES DE PORTUGAL
AMU AÇÕES PARA UM MUNDO UNIDO
APDES AGÊNCIA PIAGET PARA O DESENVOLVIMENTO
APF ASSOCIAÇÃO PARA O PLANEAMENTO DA FAMÍLIA
APOIAR ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE APOIO A ÁFRICA
ASSOCIAÇÃO AVOAR
ASSOCIAÇÃO CUERAMA
ASSOCIAÇÃO FENIKS ILUMINAR A DIGNIDADE HUMANA E OS DIREITOS HUMANOS
ASSOCIAÇÃO HELPO
ASSOCIAÇÃO PAR RESPOSTAS SOCIAIS
ASSOCIAÇÃO SER MAIS VALIA
ATLAS ASSOCIAÇÃO DE COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO
CÁRITAS PORTUGUESA
CHAPITÔ
CIDAC CENTRO DE INTERVENÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO AMÍLCAR CABRAL
CPR CONSELHO PORTUGUÊS PARA OS REFUGIADOS
EAPN PORTUGAL REDE EUROPEIA ANTI-POBREZA
EQUIPA D'ÁFRICA
FCL FUNDAÇÃO CIDADE DE LISBOA
FEC FUNDAÇÃO FÉ E COOPERAÇÃO
FGS FUNDAÇÃO GONÇALO DA SILVEIRA
FUNDAÇÃO BOMFIM
FUNDAÇÃO CHAMPAGNAT
FUNDAÇÃO TERESA REGOJO PARA O DESENVOLVIMENTO
G.A.S. PORTO GRUPO DE ACÇÃO SOCIAL DO PORTO

GIRL MOVE PORTUGAL
GRAAL ASSOCIAÇÃO DE CARÁCTER SOCIAL E CULTURAL
HEALTH4MOZ MOZAMBICAN CHILDREN AND FAMILIES
ICE INSTITUTO DAS COMUNIDADES EDUCATIVAS
IMVF INSTITUTO MARQUÊS DE VALLE FLOR
IPAV INSTITUTO PADRE ANTÓNIO VIEIRA
KARINGANA WA KARINGANA ASSOCIAÇÃO
LEIGOS PARA O DESENVOLVIMENTO
MDM - P MÉDICOS DO MUNDO PORTUGAL
MENINOS DO MUNDO
MONTE DESENVOLVIMENTO ALENTEJO CENTRAL - ACE
MSH MISSÃO SAÚDE PARA A HUMANIDADE
MUNDO A Sorrir ASSOCIAÇÃO DE MÉDICOS DENTISTAS SOLIDÁRIOS PORTUGUESES
OIKOS COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
OMAS / LEIGOS DA BOA NOVA
ORBIS COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
PROSOCIAL ASSOCIAÇÃO PROMOTORA DE INSTITUIÇÕES SOCIAIS
ROSTO SOLIDÁRIO ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO
SAPANA
SAÚDE EM PORTUGUÊS
SOLSEF SOL SEM FRONTEIRAS
SOPRO SOLIDARIEDADE E PROMOÇÃO
TERRAS DENTRO ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO
TESE ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO
UMP UNIÃO DAS MISERICÓRDIAS PORTUGUESAS
UNICEF COMITÉ PORTUGUÊS PARA A UNICEF
URB-ÁFRICA ASSOCIAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO URBANO
VIDA VOLUNTARIADO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO AFRICANO
VITAE ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE E DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL
VSF VETERINÁRIOS SEM FRONTEIRAS PORTUGAL
WACT WE ARE CHANGING TOGETHER

Com o apoio de